

Indexação de salários terá de ser negociada

■ **Salário:** o governo pretende deixar que o uso da UR, que manteria o valor real dos salários, seja acertado entre patrões e empregados. Pode ser o princípio de um pacto social. A indexação à UR poderá ser pela média dos salários ou pelo pico, na época do dissídio. Apenas as categorias mais organizadas deverão obter a indexação pelo pico. A queda da inflação provocará, porém, um ganho real para os salários

■ **Poupança:** a substituição da Taxa Referencial (TR) pela UR não será imediata. Assim, como a TR é calculada com base nas taxas dos CDBs, a alta dos juros no mercado no início do plano podem elevar também o ganho das cadernetas. Há o compromisso do governo Itamar Franco de não prejudicar os poupadores.

■ **FGTS:** Também deverá continuar sendo ajustado pela TR.

■ **Fundos:** Os fundos de investimento deverão trocar, aos poucos, os investimentos hoje feitos em títulos prefixados do governo por títulos em UR, desde que o juro seja razoável e o indexador reflita a inflação. Não são esperadas quebras de contratos nas aplicações atuais

■ **Preços:** Os preços não têm neces-

sariamente que seguir a UR. Mas se o indexador se mostrar confiável, a UR permitirá um valor constante para os preços, eliminando distorções. Como a UR refletirá a variação do dólar e das tarifas, ela influenciará os preços de produtos que possam ser importados e importantes custos das empresas, como gasolina e energia.

■ **Impostos:** O aumento de 5% sobre os impostos federais atingirá os salários, com alíquotas passando de 15% para 15,75% e de 25% para 26,25% e as aplicações financeiras. O IR dos fundos de commodities passará de 25% sobre o que superar a Ufir para 26,25% e o dos fundos de renda fixa e CDBs de 30% para 31,5%. O fundo pagará 5,25% sobre o ganho bruto.

■ **Dólar:** a UR funcionará como uma âncora cambial. Num primeiro momento, ela seguirá a inflação. Mas depois do ajuste fiscal, ela tende a ter uma correção menor e o dólar acompanhará sua variação. O black seria indicado apenas no caso de uma séria crise, como a rejeição completa do ajuste fiscal. Mesmo assim, com reservas de US\$ 30 bilhões, o governo teria alguns meses antes de enfrentar uma crise cambial.